

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NA SESSÃO DE ABERTURA E BOAS-VINDAS DO SEMINÁRIO «PARCERIAS EFICAZES PARA A POLÍTICA DE COESÃO – EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS», DO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, NA EXPONOR, NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2010.

É com muita honra e particular satisfação que dou as boas-vindas aos senhores Conselheiros membros do Comité Económico e Social Europeu e a todos quantos aceitaram o convite para participar nesta audição.

É um sinal extremamente positivo que o Comité Económico e Social Europeu, do qual a AEP se orgulha de fazer parte, enquanto representante por excelência da sociedade civil organizada junto dos decisores políticos da União Europeia, procure ouvir directamente os agentes económicos, fundamentando, no terreno, os pareceres que é chamado a elaborar. É, assim, a prova de que, **na Europa, a democracia participativa não é uma utopia e pode enriquecer a democracia representativa.**

Estamos aqui, hoje, para ajudar o Comité Económico e Social Europeu a preparar um relatório aprofundado sobre como “promover a parceria eficiente na gestão do novo ciclo do programa para 2007-2013 da política de coesão com base em boas práticas”. Em diversos pareceres, tem sido clara a preocupação deste Comité em assegurar que esta ideia de parceria se concretize num verdadeiro envolvimento dos parceiros económicos e sociais na concepção e implementação da política de coesão.

Para além do importante papel que deve ser atribuído à parceria com a sociedade civil organizada nas fases de concepção, acompanhamento e avaliação das intervenções estruturais, no âmbito da política de coesão, gostaria de mencionar uma forma mais profunda de parceria, presente, desde a reforma de 1988, nos regulamentos dos fundos estruturais, mas que tem sido pouco explorada, pelo menos em alguns Estados-membros: **refiro-me à figura das subvenções globais.** Trata-se, como saberão, de um *mecanismo que permite a delegação de uma parte das competências de gestão, incluindo a de aprovação de candidaturas, por parte das Autoridades de Gestão do QREN em organismos intermédios, sobretudo desde que tal propicie condições para melhorar a eficácia e a eficiência da gestão.*

O Comité Económico e Social Europeu tem dado alguma relevância a este mecanismo, propondo mesmo, em pelo menos dois pareceres (de 2003 e 2004), a exigência dos Estados-membros recorrerem, parcialmente, a este modelo, *pelas vantagens que possivelmente decorrerão em termos de menor burocratização, celeridade e ausência de esforço dos orçamentos dos Estados-membros.* Acrescentaria ainda a vantagem de uma actuação mais adequada, porque levada a cabo por quem detém um conhecimento mais próximo da realidade, na prossecução, aliás, de um princípio fundamental na construção europeia: a subsidiariedade.

Tendo em conta os actuais constrangimentos generalizados das finanças públicas nacionais e a forma como a presente conjuntura tem afectado negativamente a execução da política de coesão, valeria a pena reflectir um pouco (e esta é uma ocasião propícia para tal) sobre as virtualidades desta figura.

Pergunto-me, efectivamente, se uma utilização mais ampla das subvenções globais em Portugal não teria podido contribuir para uma taxa de execução mais elevada do que aquela que o último relatório do QREN regista (com referência a finais de Setembro do ano passado): 6,6% da dotação total de fundos. No caso do FEDER e Fundo e Coesão, as taxas de execução eram, respectivamente, de 4,3% e 3% e os programas operacionais regionais registavam apenas 1,5%. Tanto quanto sei, esta situação não é exclusiva do nosso país, constituindo antes um motivo de preocupação a nível europeu.

Em Portugal, as subvenções globais têm sido pouco utilizadas e em montantes reduzidos. Nos quadros comunitários de apoio, funcionaram muito aquém das suas reais potencialidades, unicamente como enquadramento para a bonificação de taxas de juro de empréstimos concedidos às autarquias locais. Presentemente, no QREN, foram estabelecidas, no âmbito dos Programas Regionais, com as Associações de Municípios; no âmbito da valorização do território, com as duas Regiões Autónomas; **e no Programa Operacional para o Potencial Humano, pela primeira vez, com organizações da sociedade civil, entre as quais a Associação Empresarial de Portugal.**

Uma das experiências sobre as quais teremos ocasião de reflectir, ainda nesta manhã, é precisamente a do programa Formação PME, que recorre a este mecanismo da subvenção global. Valeria a pena retirar daqui conclusões sobre o interesse em reforçar este tipo de intervenções e estendê-lo a outros eixos de actuação, como por exemplo, a promoção dos factores de competitividade.

Espero confiadamente que, desta audição, o Comité Económico e Social retire todos os ensinamentos que lhe permitam, neste caso concreto, concretizar plenamente a sua missão. E demonstrar que **o diálogo entre decisores políticos e destinatários das políticas é possível, profícuo e virtuoso.**